- 7 NOV 1985

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, Tel.: 856-2122 (PABX).

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO
Fundado em 1875

JULIO MESQUITA (1891 - 1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Sarney

O País vai dar certo! Se acertarmos o governo.

"O País vai dar certo." Com uma entonação toda especial que deu ainda mais força de convicção à frase, o presidente José Sarney encerrou o seu discurso de terça-feira à noite, em cadeia nacional de rádio e TV. Foi um discurso otimista. E foi também um discurso que deve ter aumentado a popularidade do presidente. Claro, franco e regido pela humildade e simplicidade, sem dúvida calou de maneira favorável no espírito popular.

Nós também achamos que este país vai dar certo. Mas para isso achamos que precisa ser corrigido o que está errado. Por isso, mais importante que o do presidente, pareceu-nos o discurso de um ministro de Estado, Aluísio Alves, da Administração, que nos falava de um país que está **errado**, de um país que não está dando certo, em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

O ministro Aluísio Alves traçou o retrato falado do descalabro governamental, do caos administrativo e organizacional em que a Nova República encontrou a administração.

Coisas corriqueiras e aparentemente fáceis de corrigir vão-se acumulando até formar problemas calamitosos. Assim, dos 10.800 apartamentos **funcionais** de Brasília, que por si já constituem uma aberração, uma mordomia absurda, cinco mil estão ocupados irregularmente, 1.900 protegidos por decisões judiciais apesar da ocupação irregular e 1.300 **sub judice**. Dos 2.700 carros oficiais que o governo tem em Brasília (quase 33 mil no País todo), 700 estão em mãos erradas e numa autarquia (não citada pelo ministro) paga-se um bilhão de cruzeiros mensais de horas extras a funcionários que não aparecem.

Em tom desolado o ministro da Administração queixou-se de que "o Brasil não muda nunca" e se tornam insuperáveis as dificuldades para "pôr a casa em ordem". A administração indireta — as empresas estatais — também é criticada na palestra por seus "vícios já enraizados", sua impunidade, seus poderes incontrastáveis.

Para espanto da platéia de empresários que acompanharam o envio do orçamento ao Congresso prevendo déficit de 211 trilhões de cruzeiros no ano que vem, o ministro Aluísio Alves informou que o déficit previsto é de 246 trilhões de cruzeiros. Em particular o ministro criticou a decisão do governo anterior de aumentar exageradamente a folha de pagamento do setor público, seja por meio de concessões salariais exageradas, seja por meio de promoções sem critérios. Assim, centenas de funcionários acabaram altamente favorecidos, enquanto outros milhares não eram contemplados, o que acaba produzindo demandas judiciais que estendem aos últimos os privilégios dos primeiros, tornando os descalabros encadeados e crescentes como bolas de neve. Isso para não falar na nomeação de mais de 550 mil funcionários antes das eleições de 1982.

Mas, além do problema dos dispêndios em si, descontrolados e em grande parte incontroláveis por motivos puramente políticos, o ministro Aluísio Alves ainda mencionava as aberrações e absurdos dentro da própria administração: 72 órgãos públicos decidindo sobre tributação, por exemplo, e 534 sobre saúde, numa embaralhada e ineficiente superposição de poderes, decisões e altíssima burocracia. Não era à toa, portanto, que o presidente Sarney mencionava em seu discurso a dificuldade para implementar o seu programa social, a lentidão para que os benefícios cheguem aos beneficiados, produzida não apenas pelas dimensões do País, mas por sua burocracia. Um enorme contingente de funcionários, principalmente nas estatais, recebe salários de duas, três ou mais fontes pagadoras, e a barafunda na política salarial do próprio governo faz com que engenheiros, por exemplo, e outros profissionais qualificados ganhem salários baixíssimos enquanto mão-de-obra não qualificada recebe muito mais: "Os planos salariais que encontramos não resistem ao menor bom senso" — deplora o ministro da Administração.

Temos aí, portanto, um desdobramento daquilo que vem denunciando o ministro Roberto Gusmão, publicamente; daquilo que o ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, também denuncia; daquilo que outras autoridades da Nova República contam nos bastidores, sem desejar vir a público. Temos, na prática, a continuação perfeita do fenômeno e do estado de coisas que o ex-ministro Delfim Neto retratava em conversas a portas fechadas para quem quisesse ouvir: a calamitosa e incorrigível situação do setor público, administrativa e funcional — que ele nada fazia para corrigir porque sua filosofia era "não remar contra a maré", e, afinal, a filosofia da Velha República não era mesmo consertar o Brasil, mas sim manter o **statu quo**.

No entanto, que é que nos diz, em conclusão, o ministro que faz tão úteis e instrutivas denúncias públicas? Que o governo resolveu agir diferentemente daqui por diante? Não. Apenas que o governo da Nova República tudo o que fará é tentar adaptar "esse imenso contingente de ociosos e despreparados para as necessidades da Nação", posto que "demissão é uma solução que já afastamos".

A justificativa para não fazer nada, ou seja, para não corrigir o que realmente está errado no País — e que pode impedi-lo de dar certo —, é, segundo o ministro, "que o governo não pode contribuir para aumentar a taxa de desemprego", e que "politicamente não é aconselhável".

O ministro deveria ter esclarecido que o governo só não pode contribuir para aumentar o desemprego do seu próprio pessoal, porque para o pessoal que trabalha na iniciativa privada o governo nunca teve pudor em aumentar o desemprego. A prova disso é que a recente recessão econômica que atravessamos — produzida por políticas insensatas e imprudentes de sucessivos governos — só provocou desemprego no setor privado. Mais de 800 mil empregos desapareceram na indústria paulista durante a crise, e até agora menos da metade foi recuperada.

Na verdade, portanto, não é que o governo tenha dó ou pudor de demitir gente. É que isso diminui o seu prestígio e o seu poder. Por isso não tem nenhuma importância provocar desemprego na iniciativa privada, com uma política escorchante de impostos, por exemplo, destinada a preservar sua ineficiente máquina, porque aí o desprestígio e os dissabores são dos empresários privados. O empresário privado é que é mau, cruel; despede gente. O governo não. É bonzinho. Não despede gente. Sustenta vagabundos e sua própria demagogia à custa do setor privado. Por isso é politicamente "não-aconselhável" demitir pessoal. E por isso os erros do governo nunca são corrigidos. Cometem-se novos erros em cima dos anteriores, e eles se acumulam, e, como diz o desconsolado ministro Alves, "o Brasil não muda nunca".

Tendo decidido, portanto, não corrigir o que está errado no próprio governo — por motivos, como se viu, "socialmente" relevantes —, a Nova República se prepara, por meio do ministro Dílson Funaro, para pegar os Guilherme Afif e todos aqueles que não estejam completa e totalmente pobres neste país, para arrancar deles algumas moedas a mais. Com as quais novos contingentes de ociosos e despreparados se incorporarão à ineficiência generalizada e irreparável do Estado.

"O País vai dar certo", senhor presidente. Mas desse jeito vai ser muito duro. Mesmo!